

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO CONSELHO ESTADUAL DE
POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO CONSELHO ESTADUAL DE POVOS INDÍGENAS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ

Ata da Reunião Ordinária de Junho

No vigésimo primeiro dia do mês de Maio de 2022 às 09:00 por meio de *webconferência*, conforme as normas estabelecidas em virtude à pandemia do COVID-19, através do link conferencia.pr.gov.br/CPICT deu-se início a Reunião Ordinária do mês de Junho de 2022. Fizeram-se presentes à reunião do **Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais – CPICT**, os seguintes Conselheiros (as) e Convidados (as): **Conselheiros Governamentais:** Ivanildo Luiz Monteiro Rodrigues dos Santos (SEED); Ellen Cunha do Nascimento (SECC); André Luiz Sério (SEIL); Denilton Laurindo (Casa Civil); Jefferson Vinicius Meister (SEAB); Kelly Letchakowsky Savioli da Cunha (SEJUD/DEDIF); Dineia Alves de Freitas (SETI); Ellen Cunha (SECC); Rodrigo Luiz Freitag (SEIL); Jefferson Vinicius Meister (SEAB); **Conselheiros Sociedade Civil:** Miguel Alves (Indígenas Kaingang); Cristiane Aparecida Aureo Galdino (Associação do Movimento Cultural Afoxé Ogun Fúnmilayio), Ana Maria dos Santos (Benzedeiras e Benzedores); Antônio Alves Pereira (Ciganos do Estado do Paraná); Suely Alipio dos Santos (Cipozeiras e Cipozeiros do Estado do Paraná); Dimas Gusso (Faxinalenses do Estado do Paraná); Paulo Muchal Wenelarek (Faxinalenses); Zuleide dos Santos (Caiçaras do Estado do Paraná); Nilton Morato (Quilombolas do Estado do Paraná); Misael Jefferson Nobre (Ilhéus do Estado do Paraná); **Colaboradores/Convidados:** Jane Vasques (DEDIF/SEJUF); Luiz Faraco (ICMBIO); Rodrigo Grochoski; Eber Santos (INCRA); Jaqueline Andrade (Terra de Direitos); ; Rodrigo Groshoski ; Graziella Molina (SEJUF). Ana Carolina Brolo MPPR. **Justificativas de Ausência:** Ana Felicia (FERIAS) ; Lucimar Godoy e Rosane Freitas (SESA) **Abertura:** Inicialmente, a secretária-executiva Jane informou que há quórum com a entrada da conselheira Sueli e Zuleide. **1. Apreciação e Aprovação das Pautas:** Jane compartilhou a pauta para visualização de todos (as) e informou que o Dimas solicitou a inclusão das seguintes pautas: 8. Faxinal dos Kruger - Moção de Apoio; 9. Andamento do Projeto de Lei; 10. Encaminhamentos com a Força Verde; 11. Violência PM. As inclusões foram aprovadas sem ressalvas. **2. Aprovação da Ata de Maio de 2022:** Jane informou que a ata de Maio foi enviada através do *e-mail* em conjunto com a pauta, colocando-a assim em votação. A ata de Maio foi aprovada por unanimidade. **3. Licença de Pesca no Litoral - (Caiçaras):** Jane destacou que foi realizado um convite à Secretaria de Pesca para participar desta reunião. A conselheira Zuleide e o conselheiro Jorge participaram de uma reunião - juntamente com a Margit - com o Porto de Paranaguá e a Secretaria de Pesca de Paranaguá, sendo uma reunião proveitosa, mas ainda houve a necessidade da presença do Ministério da Pesca estivesse presente para autorizar a Secretaria de Pesca de Paranaguá a realizar os licenciamentos. A Secretaria de Pesca informou que está trabalhando na criação de um ponto de atendimento, mas que ainda não pode divulgar publicamente e que todos os (as) pescadores (as) que vão lá são auxiliados - porém, não são muitos os que procuram. Portanto, Jane solicitou a aprovação do conselho para que seja realizada novamente uma reunião - agora com a presença do Ministério

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO CONSELHO ESTADUAL DE
POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

da Pesca. A data está prevista para 20 de Julho. Zuleide informou que houve uma reunião na segunda-feira passada (13) - com a presença do Porto e outras lideranças - e que haverá outra sexta-feira (24) para discutir o local de atendimento aos pescadores. 4. Encontro Estadual das Benzedeadas do Paraná - (Ana Maria dos Santos): Jane informou que a conselheira Ana Maria não estava presente e portanto, iria tratar do tema de forma privada com a conselheira via *whatsapp*. **5. Transporte Escolar acesso às comunidades João Sura e Córrego Franco (Adrianópolis) / 6. Resposta do Ofício 051/2022 Prefeitura Dr. Ulysses:** Anteriormente à apresentação da pauta, Jane realizou a leitura do seguinte ofício: *“Ofício 146/2022. Referente ao Ofício nº 051/2022. Assunto Comunidades Gramadinho e Varzeão. Sr. Presidente, Cumprimentando-o, em resposta ao Ofício citado, informamos que o Município tem 38 linhas contratadas de ônibus para o transporte escolar da qual as comunidade citadas estão inseridas na rota, mas é importante frisar que em dias de chuvas por vezes os ônibus não conseguem trafegar, o Município de Doutor Ulysses é o único do estado que não tem asfalto nas estradas estaduais, e que possui 3 mil quilômetros de estradas rurais a qual tem que cuidar e preservar, a região de Doutor Ulysses é montanhosa com muitas subidas e curvas e que por mais que as estradas sejam cuidadas em épocas de chuva elas ficam lisas e intrafegáveis, aliada ao transporte de madeira pela qual as empresas trafegam com seus caminhões com mais de 50 toneladas e por vezes os caminhões são rebocados por tratores, o que agrava ainda mais a situação das estradas em dias de chuvas. Da mesma forma que é direito constitucional o acesso ao transporte escolar é direito das empresas usarem as estradas municipais, (mesmo faltando bom senso a estas empresas), pois poderiam ajudar a manter as estradas rurais as quais usam e são os que mais estragam, mas que estão amparadas na lei e pagam impostos, infelizmente não ajudam. O governo do estado que também poderia ajudar mas não o faz, inclusive deixando a PR092 em péssimo estado de conservação sendo que esta rodovia que é de acesso ao Município e não é asfaltada. Quanto às supostas denúncias de ameaças das empresas de madeiras, este caso não é de alçada do Município e sim da polícia, portanto deve ser procurado. Por fim, estende o convite ao Ilmo sr. Presidente, que nos faça uma visita para conhecer in loco a situação do Município, inclusive para que possa nos ajudar pleiteando auxílios do estado, eis que o município está totalmente disponível para auxiliar as comunidades no que for de alçada. Sem mais para o momento, grato pela atenção e presteza, despeço-me com meu cordial cumprimento. Atenciosamente, MOISEIS BRANCO DA SILVA.”* Nilton indicou que a prefeitura não tem dado retorno aos ofícios encaminhados pela associação e pediu para que o conselho solicite ao Prefeito respostas à Associação - que até agora não tem dado retorno algum. Em relação a Adrianópolis, Nilton indicou que há problemas em relação ao transporte escolar na Comunidade João Surá e que há uma carência que se deve às constantes quebras de veículos, estas que geralmente são *Kombis* - que não conseguem transitar durante os períodos de chuva. Nilton destacou que em João Surá o problema são as estradas e que no entanto, Córrego Franco nunca teve transporte escolar. Os ofícios para as prefeituras foram aprovados por unanimidade. Ivanildo solicitou que a FUNDEPAR seja acionada referente a questão do transporte escolar até a construção da escola, e também a prefeitura, pois a estrutura das estradas é de responsabilidade da prefeitura. **7. Organização do Grupo de Trabalho referente à**

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO CONSELHO ESTADUAL DE
POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

portaria 241 - Extração de Produtos não Madeiráveis: Misael indicou que essa portaria é uma luta de muito tempo para que se pudesse ter a extração da erva-mate, do pinhão, das plantas medicinais para as benzedoiras e demais produtos. Porém, essa portaria veio recheada de burocracias que praticamente inviabilizam o acesso às comunidades tradicionais, pois há diversos trâmites digitais e é de senso comum que as comunidades raramente possuem acesso à internet ou dados móveis - além da posse de um computador ou *smartphone*. Portanto, faz-se necessário um debate - e a organização de um Grupo de Trabalho - para facilitar o acesso dos povos e comunidades tradicionais, pois estes correm o risco de extrair produtos não madeiráveis e serem multados. Visto isso, Jane solicitou representantes para compor o Grupo de Trabalho referente à portaria. Foram definidos para compor o Grupo de Trabalho: Cipozeiros; Caiçaras; IAT; ICMBIO; Ilhéus e Faxinalenses. **8. Faxinal dos Kruger - Moção de Apoio:** Dimas informou que na semana passada aconteceu mais um crime contra os povos e a cultura dos faxinais, no Faxinal dos Kruger, que fica no município de Boa Ventura, neste caso, por conta do avanço das fazendas, alguns animais acabam saindo das fazendas e foram mortos a tiros - relatos contam que foram de mais de 30 tiros -, inclusive cabras com filhotes. Dimas destacou que não é somente um crime ambiental, mas de maltrato de animais e contra o patrimônio cultural. Margit levantou a proposta de uma moção de apoio em relação ao Faxinal dos Kruger, mas salientando que é uma questão recorrente de todos faxinais. Margit solicitou que seja encaminhado um ofício do conselho pedindo providências para a Defensoria Pública, Ministério Público, IAT e Força Verde. Os Ofícios e a Nota de Repúdio foram postos em aprovação. Denis indicou que as denúncias e as notas sejam encaminhadas para a Comissão de Conflitos Fundiários do Estado, pois esta é inteiramente institucional com a presença do MP, DP, SESP, PGE, SUDIS e etc, e portanto, possui uma grande força inter-institucional, solicitando assim, que estão sejam encaminhadas também para esta comissão. Os ofícios e nota foram aprovados. **9. Andamento do Projeto de Lei:** Dimas indicou que esse projeto de lei inclui os ARESUR, que são uma categoria de unidade de preservação estadual especificamente para os faxinais. Porém, o projeto de lei está há 8 meses parado no SEDEST com argumento de análise jurídica e que agora em período de eleição está sendo esquecido. Portanto, Dimas solicitou que o conselho oficie a SEDEST sobre o tema, indagando o que necessita para aprovação e estipulando um prazo. Jane informou que talvez o Projeto já esteja na ALEP e que portanto, irá encaminhar um ofício para a SEDEST e ALEP referente ao tema. Os ofícios foram aprovados. **10. Encaminhamentos com a Força Verde:** Jane indicou que foram feitos ofícios a Força Verde, mas que não houveram respostas - e quando há, delegam a responsabilidade a outros órgãos. Portanto, o encaminhamento será reforçado e será respondido o *e-mail* que eles enviaram indagando o “uso da força” descrito no ofício. Dimas destacou que há um despreparo total da Força Verde para agir nas ARESUR, não sabendo sobre os faxinais, não reconhecendo os acordos e o que é permitido dentro da unidade. Visto isso, Dimas ressaltou a proposta de realização de um seminário ou curso de formação, tendo como a própria Defensoria Pública ou o Núcleo de Direitos Humanos contribuindo neste processo de formação destes agentes fiscais. O ofício foi aprovado. **11. Violência PM:** Dimas lembrou que o faxinalense participou da última reunião e apresentou as violências que ele sofreu por parte da Polícia Militar. Jane

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO CONSELHO ESTADUAL DE
POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

mencionou que não houve encaminhamento de ofício à Polícia Militar devido à confusão entre as pautas da Força Verde e PM, portanto, o ofício ainda será enviado e verificar se houve alguma outra resposta. Portanto, foi posto em votação o envio - ou reiterar - o ofício. **12. Informes:** Jane primeiramente informou sobre a substituição do conselheiro Alberto (Casa Civil) pela Ana Cláudia Holleben Silva - que será suplente do Denilton Laurindo (SUDIS). Ademais, informou sobre o ofício enviado pelo Ministério Público 156/2022 referente a Notícia de fato que foi remetida à Promotoria de Justiça de Cerro Azul que possui a atribuição de execução da matéria e expõe que se coloca à disposição. Misael informou que foi encaminhado via *e-mail* para o conselho a relação dos Ilhéus do Rio Paraná que necessitam das placas solares, pois foi solicitado pelos representantes da COPEL, aproveitando assim, para reforçar o convite a todos os povos e comunidades tradicionais a realizarem essa relação para dar continuidade ao projeto, corroborando a necessidade de acesso à energia elétrica pela população. **13. Encerramento:** Por fim, Jane agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa (SEJUF/DEDIF) revisada pela Secretaria Executiva Jane Vasques.